



ALESC
*Analista Legislativo III –
Graduação em qualquer área*

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto.	1
Organização estrutural dos textos. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.	2
Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo.	6
Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo	7
Textos literários e não literários.	12
Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa	13
Norma culta.	18
Pontuação e sinais gráficos.....	20
Tipos de discurso.....	24
Registros de linguagem.	28
Funções da linguagem.	30
Elementos dos atos de comunicação.	32
Estrutura e formação de palavras.	33
Formas de abreviação.....	35
Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições;	38
os modalizadores. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.	49
Os dicionários: tipos	50
a organização de verbetes	55
Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.....	69
latinismos.....	71
Ortografia.....	73
acentuação gráfica.	74
crase	76
Redação Oficial	77
Manual de Redação da ALESC.....	91
Exercícios	91
Gabarito	108

SUMÁRIO



RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Lógica: proposições, conectivos. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;.....	1
equivalências lógicas.....	2
quantificadores	9
predicados	11
Conjuntos e suas operações.	11
diagramas.	15
Números inteiros, racionais e reais e suas operações,	19
porcentagem e juros.....	24
Proporcionalidade direta e inversa.	29
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.....	33
dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.	38
Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.	48
Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.	53
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.	58
Problemas de contagem e noções de probabilidade.	61
Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.	66
Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.	74
Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.	80
Problemas de lógica e raciocínio.....	84
Exercícios	84
Gabarito.....	89

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos de hardware e software: funcionamento do computador; conhecimentos dos componentes principais.	1
Redes de Computadores: conceitos básicos	6
Noções do Sistema Operacional Windows (10 e 11).	15
MSOffice M365 (Word, Excel, Power Point, One Drive, Sharepoint e Teams).	27
Conceitos de Internet e Intranet.	43
Conceitos gerais de segurança da informação: proteção contra vírus e outras formas de softwares ou ações intrusivas.	49
Exercícios	52
Gabarito.....	56

SUMÁRIO



REALIDADE POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DE SANTA CATARINA

O espaço natural: estrutura geológica e características do relevo.....	1
ecossistemas florestais e não-florestais;	14
o clima	21
a rede hidrográfica.....	24
aproveitamento dos recursos naturais e impactos ambientais.....	31
A organização do espaço: aspectos históricos do processo de ocupação	37
dinâmica dos fluxos migratórios: aspectos étnicos e culturais	40
Aspectos geopolíticos e planos de desenvolvimento regional	42
Aspectos socioeconômicos: extrativismo florestal e mineral.....	43
estrutura fundiária e conflitos pela terra	44
fontes de energia: potencial hidrelétrico, hidrelétricas e meio ambiente.....	45
transportes: a malha viária.	52
O processo de urbanização e rede urbana.	55
Cultura: música, literatura, artes e arquitetura	62
A questão ecológica: desmatamento, poluição das vias hídricas e alterações climáticas	86
Exercícios	92
Gabarito.....	97

REGIMENTO INTERNO DA ALESC

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	1
Exercícios	82
Gabarito.....	84

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração Pública: Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização	1
Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada	4
Gestão de resultados na produção de serviços públicos	4
Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.....	17
Gestão de desempenho	21
Processo organizacional: planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação	23
Gestão estratégica: planejamento estratégico, tático e operacional	26
Gestão Ágil	29
Gestão de pessoas do quadro próprio e terceirizadas.....	30
Gestão por Processos.	33
Gestão por Projetos.....	35
Gestão de contratos	38
Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos	43
Gestão de Riscos	46

SUMÁRIO



Lei nº 12.527/2011.....	49
Princípios básicos de governança.....	60
Orçamento Público: conceito, princípios orçamentários, características e elementos básicos do orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho e orçamento-programa	62
Conceito e finalidade do controle da Administração Pública.....	71
Controle interno e controle externo da Administração Pública.....	76
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição: Anexos – Ementário da Classificação por Natureza de Receita e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.....	86
Procedimentos Contábeis Orçamentários.....	87
Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público	87
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.	90
Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª edição.	107
Lei nº 4.320/1964.....	107
Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	122
Constituição Federal de 1988.....	145
Administração Financeira e Orçamentária: Técnicas orçamentárias	179
Princípios orçamentários.	183
Ciclo orçamentário.....	183
Controle judicial do Orçamento Público.	203
O orçamento público no Brasil.	204
Sistema de planejamento e de orçamento estadual	204
Plano plurianual.	205
Diretrizes orçamentárias.....	205
Orçamento anual.	205
Sistema e processo de orçamentação	205
Classificações orçamentárias.....	206
Estrutura programática.	217
Créditos ordinários e adicionais.	217
Programação e execução orçamentária e financeira	222
Acompanhamento da execução.	222
Descentralização orçamentária e financeira.	225
Alterações orçamentárias.	225
Receita pública. Conceito e classificações. Estágios. Fontes. Dívida ativa	227
Despesa pública. Conceito e classificações. Estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida flutuante e fundada.....	231
Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar nº 101/2000.....	251
Limitações das Despesas.....	251
Despesa com pessoal	252
Endividamento Público	252
Relatório de Gestão Fiscal	253
Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	254
Transparência.....	254
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	260
Manual Técnico do Orçamento - MTO 2022.	260
Administração Estratégica: Balanced Scorecard (BSC) – principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas	261
Referencial Estratégico das Organizações	264

SUMÁRIO

Análise de ambiente interno e externo.	269
Ferramentas de análise de ambiente: análise SWOT, análise de cenários, matriz GUT.....	269
Negócio, missão, visão de futuro, valores.	270
Indicadores de desempenho. Tipos de indicadores. Variáveis componentes dos indicadores.	271
Estratégias emergentes.....	272
Análise das 5 forças de Porter.	273
Recursos e capacidades	274
Diversificação	274
Matriz BCG.	278
Estratégias competitivas genéricas	280
Direito Constitucional: Constituição: princípios fundamentais.....	280
Da aplicabilidade e da interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais	282
Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos	285
dos direitos sociais	292
dos direitos de nacionalidade	295
dos direitos políticos	297
Da organização do Estado: da organização político-administrativa; da União, dos Estados Federados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios. Intervenção do Estado nos Municípios	301
Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos	314
Da Organização dos Poderes.	324
Do Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do Governador do Estado	325
Do Poder Legislativo: atribuições e responsabilidades das Casas Legislativas dos Estados. Do Processo Legislativo, da fiscalização contábil, financeira e orçamentária	330
Da Ordem social.....	346
Constituição do Estado de Santa Catarina.....	368
Direito Administrativo: Administração pública: princípios básicos	368
Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder	372
Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.....	376
Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.....	384
Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos	397
Lei nº 9.784/1999.	416
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.....	429
Responsabilidade extracontratual do Estado.	435
Lei nº 8.429/1992.	440
Serviços públicos. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade. Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão	455
Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação	465
Licitações e Contratos: Licitações e contratos administrativos: Doutrina, Legislação e Jurisprudência	471
Lei nº 8.666/1993.....	491
Lei nº 14.133/2021.	531

SUMÁRIO



Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão	603
Decreto nº 7.892/2013 (Sistema de Registro de Preços).....	605
Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).....	613
Lei nº 11.079/2004 (Parcerias Público-Privadas).	636
Lei nº 8.987/1995 (Lei de Concessões).	647
Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).	659
Fundamentos constitucionais.	691
Processo Legislativo: Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro)	691
Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro)	696
Lei nº 9.709/1998 (regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da CRFB/88 – plebiscito, referendo e iniciativa popular)	696
Procedimento Legislativo: definição; tipos: normal ou ordinário, abreviado, sumário, sumaríssimo, especial, concentrado	698
Processo Legislativo: definição, natureza jurídica, princípios gerais	698
Noções básicas: anteprojeto, autógrafos, unicameralismo e bicameralismo, blocos parlamentares, comissões, correção de erro, deliberação, destaque, emendas, iniciativa, legislatura, líderes, lideranças, maioria e minoria, pareceres, prejudicialidade, proposições, proposições de legislaturas anteriores, promulgação, publicação, questão de ordem, quórum, recursos, redação final, relator, relator do vencido, relatório, requerimentos, sanção, sessões legislativas, turnos, urgência, veto, votação, voto vencido em separado.....	699
O Processo Legislativo na Constituição da República de 1988: competências constitucionais exclusivas, concorrentes e privativas no ato de legislar.....	704
Iniciativa do processo de elaboração das leis: concorrente, reservada ou exclusiva, vinculada, popular.....	705
Sessões da Assembleia Legislativa	705
Matérias Legislativas: projeto de decreto legislativo, proposta de emenda à Constituição Estadual, indicação, projeto de lei ordinária, projeto de lei complementar, projeto de lei delegada, medida provisória, parecer, requerimento, projeto de resolução, veto	706
Tramitação de proposições: projeto de lei ordinária. projeto de lei complementar;	709
projeto de decreto legislativo, projeto de resolução, indicação, parecer, emenda, requerimentos.....	710
Tramitação de proposições sujeitas a disposições especiais: proposta de emenda à Constituição Estadual.....	710
projetos com tramitação urgente.	711
Matérias orçamentárias e noções de processo legislativo orçamentário: Projeto de Lei Orçamentária, Projeto de Lei do Plano Plurianual	711
Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	713
Projeto de Lei de Crédito Adicional	715
Exercícios	716
Gabarito.....	723

SUMÁRIO



DEFINIÇÃO GERAL

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.



Raciocínio Lógico Matemático

Diz-se que duas ou mais proposições compostas são equivalentes, quando mesmo possuindo estruturas lógicas diferentes, apresentam a mesma solução em suas respectivas tabelas verdade.

Se as proposições $P(p,q,r,\dots)$ e $Q(p,q,r,\dots)$ são ambas TAUTOLOGIAS, ou então, são CONTRADIÇÕES, então são EQUIVALENTES.

Exemplo

Dada as proposições “ $\sim p \rightarrow q$ ” e “ $p \vee q$ ” verificar se elas são equivalentes.

Vamos montar a tabela verdade para sabermos se elas são equivalentes

p	q	$\sim p$	\rightarrow	q	p	\vee	q
V	V	F	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V	V	F
F	V	V	V	V	F	V	V
F	F	V	F	F	F	F	F

Observamos que as proposições compostas “ $\sim p \rightarrow q$ ” e “ $p \Leftrightarrow q$ ” são equivalentes.

$\sim p \rightarrow q \equiv p \Leftrightarrow q$ ou $\sim p \rightarrow q \Leftrightarrow p \Leftrightarrow q$, onde “ \equiv ” e “ \Leftrightarrow ” são os símbolos que representam a equivalência entre proposições.

Equivalências fundamentais (Propriedades Fundamentais): a equivalência lógica entre as proposições goza das propriedades simétrica, reflexiva e transitiva.

1 – Simetria (equivalência por simetria)

a) $p \wedge q \Leftrightarrow q \wedge p$

p	q	p	\wedge	q	q	\wedge	p
V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F	F	V
F	V	F	F	V	V	F	F
F	F	F	F	F	F	F	F

b) $p \vee q \Leftrightarrow q \vee p$

p	q	p	\vee	q	q	\vee	p
V	V	V	V	V	V	V	V
V	F	V	V	F	V	V	V
F	V	F	V	V	V	V	F
F	F	F	F	F	F	F	F

d) $p \leftrightarrow q \Leftrightarrow q \leftrightarrow p$



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.²

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU.³

¹ <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

² <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546>

³ <https://www.showmetech.com.br/porque-o-processador-e-uma-peca-importante>



A Geografia Urbana estuda o **espaço urbano e nossa interação com ele**. Estude como a desigualdade social se manifesta também na ocupação do espaço urbano, a poluição causada pela urbanização das cidades, meios de transporte urbano, produção de lixo pela sociedade urbanizada e tudo que for relacionado às cidades.

Espaço Geográfico

O desenvolvimento das civilizações ocasionou uma série de mudanças na natureza. Desde o surgimento da humanidade, o homem altera o espaço em que vive deixando as marcas de sua cultura.

O espaço geográfico (objeto de estudo da Geografia) é o produto da ação do homem sobre o espaço natural. Trata-se, portanto, de um espaço artificial (também chamado de segunda natureza).



As cidades, por exemplo, são espaços geográficos onde se conjugam elementos da natureza e criações humanas. A forma (e intensidade) da interferência humana depende dos valores culturais de cada sociedade e está vinculada à própria dinâmica social. É certo, entretanto, que quando mais a humanidade se desenvolve, com a tecnologia e a globalização, mais técnico e artificial se torna o espaço geográfico.

Conceitos Básicos de Geografia Urbana

Os critérios utilizados para classificar determinada organização urbana como cidade variam de país para país. No Brasil, leva-se em conta o critério político-administrativo, isto é, admite-se como cidade o espaço onde se situa a sede do município (prefeitura).

De modo geral, as cidades são chamadas espontâneas – quando surgem de forma natural; e planejadas, quando são previamente idealizadas, a exemplo de Brasília.

Vejamos abaixo outros conceitos básicos de Geografia Urbana.

– **Urbanização**: refere-se comumente ao processo resultante do deslocamento de pessoas da área rural para a área urbana.

– **Crescimento Urbano**: crescimento natural da cidade, isto é, da sua área física (malha urbana). Pode também significar o crescimento da população urbana se ele ocorrer por razões naturais.

– **Sítio Urbano**: é a topografia da cidade, ou seja, o local sobre o qual a cidade foi construída. Brasília, por exemplo, é um planalto e Manaus, uma planície.

– **Situação Urbana**: características do ambiente que compõe a cidade. Não raro influencia o seu surgimento e condiciona o seu crescimento.

– **Função Urbana**: atividade principal que define a cidade. Uma cidade, por exemplo, pode ser comercial (como São Paulo), portuária (como Santos), turística (como Gramado), administrativa (como Brasília), dentre outras funções.



TÍTULO I
DA ESTRUTURA ORGÂNICA
CAPÍTULO I
DA FUNÇÃO, COMPOSIÇÃO E SEDE

Art. 1º O Poder Legislativo Estadual é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados Estaduais, representantes do povo, eleitos e empossados na forma da lei.

§ 1º A Assembleia Legislativa tem sede no Palácio Barriga-Verde, em Florianópolis, Santa Catarina.

§ 2º Por iniciativa do Presidente ou da maioria absoluta dos membros da Mesa e com a aprovação da maioria absoluta dos Deputados, a Assembleia Legislativa poderá reunir-se ordinariamente em outro local de Florianópolis ou Cidade de Santa Catarina.

§ 3º As Sessões Solenes e Especiais fora de sua sede serão autorizadas pela Mesa.

CAPÍTULO II
DA LEGISLATURA

Art. 2º Legislatura é o período correspondente ao mandato parlamentar, de quatro anos, iniciando-se em 1º de fevereiro do primeiro ano de mandato e terminando em 31 de janeiro do quarto ano de mandato, dividida em quatro Sessões Legislativas, uma por ano.

SEÇÃO I
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 3º Sessão Legislativa é o período anual de reunião da Assembleia Legislativa, iniciando-se em 2 de fevereiro e encerrando-se em 1º de fevereiro do ano seguinte, exceto no primeiro ano da Legislatura que começa em 1º de fevereiro, e no último ano, quando se encerra em 31 de janeiro.

§ 1º A Sessão Legislativa divide-se em:

I– primeiro período ordinário, de 2 de fevereiro a 17 de julho;

II– segundo período ordinário, de 1º de agosto a 22 de dezembro; e

III– período extraordinário, durante o recesso parlamentar, quando convocada a Assembleia Legislativa nos termos deste Regimento.

§ 2º O início das Sessões Legislativas em cada período, quando recair em sábados, domingos, feriados ou ponto facultativo, será transferido para o primeiro dia útil subsequente.

§ 3º O primeiro período ordinário da Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o segundo período ordinário também não será interrompida sem a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

§ 4º A convocação extraordinária será feita:

I– pelo Presidente da Assembleia Legislativa, para o compromisso e posse do Governador e do Vice-Governador do Estado e no caso de intervenção em Município;

II– pelo Governador do Estado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa ou a requerimento da maioria absoluta dos Deputados, em caso de urgência e interesse público relevante.

§ 5º As Sessões Plenárias do período extraordinário obedecerão aos seguintes preceitos:

I– ocorrendo qualquer uma das hipóteses de convocação extraordinária, o Presidente ou, em caso de omissão, seu sucessor regimental, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, convocará os Deputados e marcará a Sessão inicial;



Conhecimentos Específicos

Tipos de Planejamento

Na consideração dos grandes níveis hierárquicos dentro de uma organização, podem-se distinguir três tipos de planejamento:

- Planejamento Estratégico;
- Planejamento Tático;
- Planejamento Operacional.



https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/05/MANUAL_DE_PLANEJAMENTO_ESTRATEGICO_MAIO_2021.pdf

Planejamento Estratégico

É o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela organização, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada. O planejamento estratégico é de responsabilidade dos níveis mais altos da organização e diz respeito tanto à formulação de objetivos quanto à seleção dos cursos de ação a serem seguidos para sua consecução, levando em conta as condições externas e a evolução esperada para a instituição.

Dessa forma, podemos ver o planejamento estratégico como um mapeamento de todas as etapas necessárias para se atingir aquilo que deseja. Esse processo pode ser resumido a três situações principais:

- **Situação atual:** o ponto em que você se encontra neste momento, o que se tem e o que é preciso para atingir as metas e objetivos;
- **Situação desejada no futuro:** aquilo que se deseja alcançar, onde se quer estar daqui a 1, 5, 10, ou mais anos;
- **Como alcançá-la:** o que é preciso que ter e desenvolver para alcançar o objetivo almejado. Quais recursos internos e externos serão necessários para a conquista.

Em resumo, define a missão, a filosofia /valores, visão e os objetivos da organização, considerando os fatores externos e internos, e relaciona-se com objetivos de longo prazo e ações que afetam toda da instituição.

Planejamento Tático

Tem por objetivo otimizar determinada área de resultado e não a organização como um todo, trabalhando com a decomposição dos objetivos, estratégias e políticas estabelecidas no planejamento estratégico, possibilitando a realização deste. Logo, é desenvolvido em níveis organizacionais inferiores tendo como principal finalidade a utilização eficiente dos recursos disponíveis para a consecução de objetivos previamente fixados.

São caracterizados por serem planos de média duração que abrangem os departamentos da organização, tendo como responsáveis aqueles que fazem parte dos níveis intermediários: gerentes e demais gestores de departamentos.